



JUSTIFICATIVA – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2026

O Departamento de Licitações e Contratos, do Conselho Regional de Farmácia de Sergipe – CRF/SE, vem, perante Vossa Excelência, apresentar a justificativa referente à formalização do processo administrativo nº 06/2026, que originou a inexigibilidade de licitação nº 03/2026, nos termos do art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021, cujo objeto consiste na **contratação de empresa para a inscrição e participação presencial de servidores públicos do CRF/SE no curso “LICITA SERGIPE 2026”**, a ser realizado nos dias 21 e 22 de maio de 2026, em Aracaju/SE.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

Inicialmente, cumpre esclarecer que a presente contratação decorre da necessidade de capacitação e atualização técnica contínua dos servidores públicos que atuam direta ou indiretamente nos procedimentos relacionados às licitações e contratos administrativos no âmbito do CRF/SE.

Com a vigência da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração Pública passou a exigir maior qualificação técnica dos agentes responsáveis pelo planejamento, condução, fiscalização e gestão das contratações públicas, especialmente em razão das alterações promovidas pela nova legislação e da necessidade de adequação às boas práticas administrativas, aos entendimentos dos órgãos de controle e aos princípios da governança pública.

Nesse contexto, verifica-se que a participação dos servidores no evento “LICITA SERGIPE 2026” mostra-se necessária e estratégica para o aprimoramento das competências técnicas relacionadas à aplicação da Lei nº 14.133/2021, contribuindo para o fortalecimento institucional, mitigação de



riscos administrativos e melhoria da qualidade dos procedimentos licitatórios conduzidos por esta Autarquia.

Conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar – ETP, a capacitação permitirá atualização normativa, aprofundamento prático dos procedimentos licitatórios, troca de experiências entre agentes públicos e acesso a conteúdo técnicos especializados relacionados às contratações públicas, governança, planejamento e fiscalização contratual.

Diante do cenário apresentado, a Diretoria do CRF/SE instaurou o presente procedimento administrativo, o qual foi devidamente instruído com Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência, concluindo pela viabilidade e adequação da contratação direta por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021, que dispõe:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III – contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

Diante do dispositivo legal acima transcrito, verifica-se que a contratação pretendida se enquadra perfeitamente na hipótese legal de inexigibilidade, haja vista tratar-se de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, voltado ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.



Além disso, o evento “LICITA SERGIPE 2026” possui programação específica, metodologia própria, conteúdo programático previamente estruturado e corpo técnico de palestrantes previamente definido pela organização do evento, circunstâncias que tornam inviável a realização de competição entre fornecedores, uma vez que não é possível estabelecer critérios objetivos de comparação sem descaracterizar o objeto pretendido pela Administração.

Ressalta-se ainda que a singularidade da capacitação decorre da metodologia empregada, da especialização técnica dos palestrantes, da abordagem prática adotada e da integração entre os conteúdos ministrados, elementos que justificam a inviabilidade de competição e autorizam a contratação direta.

Nos termos do §3º do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade permita inferir que o trabalho ofertado é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto contratado.

No presente caso, verifica-se que a empresa organizadora do evento possui atuação reconhecida na promoção de cursos, treinamentos e capacitações voltadas à Administração Pública, especialmente na área de licitações e contratos administrativos, contando com corpo técnico especializado e programação compatível com as necessidades institucionais desta Autarquia.

Além das condições previstas no art. 74, a Lei nº 14.133/2021 estabelece, em seu art. 72, os documentos necessários à instrução dos processos de contratação direta, os quais foram devidamente observados no presente procedimento administrativo.

2. DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO:



Identificada a necessidade de capacitação dos servidores públicos do CRF/SE, especialmente daqueles que atuam nas áreas relacionadas às contratações públicas, gestão e fiscalização contratual, a Diretoria procedeu à formalização da demanda e à inclusão da contratação no planejamento institucional da Autarquia.

Na sequência, foi elaborado o Estudo Técnico Preliminar – ETP, em conformidade com as disposições da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, concluindo pela viabilidade técnica, administrativa e jurídica da contratação pretendida.

Posteriormente, foi elaborado o Termo de Referência, contendo a descrição detalhada da solução, requisitos da contratação, estimativa de preços, justificativa da contratação, critérios de habilitação e demais elementos exigidos pela Lei nº 14.133/2021.

Verifica-se ainda que a contratação se encontra alinhada aos objetivos institucionais do CRF/SE, especialmente no que se refere ao fortalecimento da governança pública, à melhoria dos processos administrativos e ao aperfeiçoamento contínuo dos servidores públicos.

3. RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO E COMPROVAÇÃO DO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:

3.1. Razão da Escolha do Fornecedor

A escolha da empresa organizadora do evento decorre da singularidade da capacitação ofertada e da inviabilidade de competição existente no presente caso.



O evento “LICITA SERGIPE 2026” possui programação específica, conteúdo previamente estruturado, palestrantes determinados pela organização e metodologia própria de ensino, características que inviabilizam a realização de procedimento competitivo tradicional, uma vez que não há possibilidade de substituição do objeto pretendido sem comprometimento da finalidade pública almejada.

Além disso, a empresa organizadora demonstra notória especialização na realização de cursos e capacitações voltadas à Administração Pública, especialmente na área de licitações e contratos administrativos, circunstância evidenciada pela experiência técnica acumulada, organização do evento e qualificação dos profissionais envolvidos.

Dessa forma, verifica-se que a contratação se enquadra na hipótese prevista no art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021.

3.2. Comprovação do Atendimento aos Requisitos de Habilitação

Em atendimento ao art. 72, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, a empresa apresentou a documentação necessária à comprovação dos requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, conforme exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Foram apresentados, dentre outros documentos:

- Contrato social;
- Documento de Identificação do sócio administrador;
- Comprovante de inscrição no CNPJ;
- Certidões de regularidade fiscal federal, estadual e municipal;
- Certidão de regularidade do FGTS;
- Certidão negativa de débitos trabalhistas;



- Certidão negativa de falência;
- documentação comprobatória da capacidade técnica para execução do objeto.
- Declarações de que não emprega menor de dezoito anos.

Além disso, foram realizadas consultas aos sistemas oficiais de controle, não sendo constatada a existência de sanções impeditivas de contratar com a Administração Pública.

Dessa forma, resta demonstrado o atendimento integral aos requisitos de habilitação exigidos pela legislação vigente.

4. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO E COMPATIBILIDADE DA PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

O valor estimado da contratação corresponde ao valor das inscrições estabelecido pela própria organização do evento “LICITA SERGIPE 2026”, considerando a estrutura disponibilizada, a carga horária ofertada, o conteúdo programático especializado, o material didático, os certificados de participação e a qualificação técnica dos palestrantes.

O custo estimado da contratação é de **R\$ 7.470,00 (sete mil, quatrocentos e setenta reais)**, correspondente à inscrição de 03 (três) servidores públicos no referido evento.

Ressalta-se que eventos dessa natureza possuem características próprias e singulares, impossibilitando a comparação objetiva com outros treinamentos de mercado que apresentem metodologia, conteúdo programático ou estrutura distintos.



Ainda assim, verificou-se que o valor das inscrições encontra-se compatível com os preços usualmente praticados em eventos presenciais especializados na área de licitações e contratações públicas, por meio dos documentos apresentados pela empresa organizadora do evento, em atendimento ao §4º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como ao art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65 de 7 de julho de 2021.

Contratação Semelhante	Órgão Contratante	Valor Contratado Unitário (R\$)	Valor Contratado Total (R\$)
CONTRATO Nº 027/2026	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO ALEIXO	R\$ 2.490,00	R\$ 7.470,00
NOTA DE EMPENHO - Nº 5070016/2026 07/05/2026	PREFEITURA MUN. DE ARAUA	R\$ 2.490,00	R\$ 7.470,00
Nota de Empenho 05130001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGARTO	R\$ 2.490,00	R\$ 4.980,00

Além disso, a participação dos servidores no evento proporcionará benefícios institucionais relevantes, contribuindo para a melhoria dos processos administrativos, fortalecimento da governança pública, redução de riscos procedimentais e aumento da segurança jurídica das contratações realizadas pelo CRF/SE.

Por fim, verifica-se a existência de disponibilidade orçamentária suficiente para suportar as despesas decorrentes da contratação, conforme demonstrado nos autos do processo administrativo.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação direta por inexigibilidade de licitação mostra-se juridicamente possível, tecnicamente adequada e plenamente alinhada ao interesse público, estando devidamente fundamentada nas disposições da Lei nº 14.133/2021.



Ademais, diante do apresentado, é possível concluir que o valor ofertado para a inscrição do curso é condizente com o praticado pelo mercado, estando devidamente justificado, em atendimento ao disposto no §4º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como ao art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65 de 7 de julho de 2021.

5. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Por todo o exposto, conclui-se que a presente demanda encontra-se em conformidade com o entendimento consolidado pela Advocacia-Geral da União, por meio do Parecer nº 00001/2023/CNLCA/CGU/AGU, no que se refere à contratação direta por inexigibilidade de licitação para capacitação e treinamento de servidores públicos, nos termos do art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021.

Conforme demonstrado ao longo da presente justificativa, a contratação pretendida possui natureza predominantemente intelectual, voltada ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, sendo executada por empresa com reconhecida atuação na realização de cursos e capacitações destinados à Administração Pública, especialmente na área de licitações e contratos administrativos.

Restou devidamente evidenciado que:

- a) a contratação possui finalidade institucional legítima, relacionada à capacitação e atualização técnica dos servidores do CRF/SE;
- b) o evento “LICITA SERGIPE 2026” apresenta conteúdo programático específico, metodologia própria e corpo técnico previamente definido, circunstâncias que caracterizam a inviabilidade de competição;
- c) a empresa organizadora demonstra notória especialização na área de capacitação em contratações públicas, atendendo aos requisitos do art. 74, §3º, da Lei nº 14.133/2021;



d) o valor das inscrições mostra-se compatível com os preços praticados no mercado para eventos presenciais especializados da mesma natureza, conforme demonstrado nos autos;

e) foram observadas todas as exigências previstas no art. 72 da Lei nº 14.133/2021 para instrução do processo de contratação direta.

Diante disso, verifica-se que a contratação pretendida mostra-se juridicamente possível, tecnicamente adequada e plenamente alinhada ao interesse público, contribuindo diretamente para o aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo CRF/SE, fortalecimento da governança pública, melhoria dos procedimentos licitatórios e mitigação de riscos administrativos.

Por derradeiro, entende-se que a situação encontra-se devidamente caracterizada na hipótese prevista no art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei Federal nº 14.133/2021, estando preenchidos todos os requisitos legais necessários à formalização da contratação por inexigibilidade de licitação.

Sendo assim, submetemos a presente justificativa à ratificação de Vossa Excelência, com posterior remessa à assessoria jurídica, para análise e emissão do parecer jurídico.

SMJ.

Aracaju/SE, 19 de maio de 2026.

Francisco César Alvaia da Cruz Neto.
Departamento de Licitações e Contratos
Conselho Regional de Farmácia de Sergipe – CRF/SE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



RATIFICO a presente Justificativa, em atendimento ao art. 72, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, haja vista que está em conformidade com o inciso III, alínea “f”, do art. 74 da referida legislação.

Daniel Andrade de Oliveira
Presidente do CRF/SE

